



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro da Imperatriz

Inquérito Civil n. 06.2016.00002067-0

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado pela Promotora de Justiça **Lara Peplau**, doravante designado **COMPROMITENTE** e **Andriel Fortunato**, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o n. 069.949.959-33 residente na Estrada Geral Vargem do Braço, sn, bairro Vargem do Braço, Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o relatório de ensaio 5531-15 relativo à amostras de abobrinha produzido na propriedade do compromissário Andriel Fortunato, localizada na Estrada Geral Vargem do Braço, sn, Estrada Geral Vargem do Braço, Município de Santo Amaro da Imperatriz, detectou a presença dos agrotóxicos "Metalaxil-m", produto químico não permitido para referida cultura e classificado como Classe II - altamente tóxico;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante os seguintes **TERMOS**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente ajuste tem como objetivo compelir o **COMPROMISSÁRIO** a adotar boas práticas agrícolas em suas produções, assim como a indenizar os prejuízos e o risco à saúde dos consumidores e ao meio ambiente causados pelo uso indevido dos agrotóxicos nas suas respectivas culturas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. O **COMPROMISSÁRIO**, no prazo de **60 (sessenta) dias**, compromete-se a adotar as boas práticas agrícolas em suas produções, de forma a assegurar a não contaminação química dos alimentos produzidos e contribuir com a sustentabilidade ambiental, a saúde dos trabalhadores e dos consumidores, em especial:

a) a utilizar na sua lavoura somente agrotóxicos devidamente registrados nos órgãos competentes, prescritos por Engenheiro Agrônomo, mediante receituário agrônomo, autorizados para a cultura, consoante avaliações toxicológicas dos princípios ativos para uso agrícola publicadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – (sítio eletrônico

Andriel Fortunato

Lara Peplau



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro da Imperatriz

<http://www.anvisa.gov.br/>) sob responsabilidade do Ministério da Saúde, conforme disposto no art. 6º, do Decreto n. 4.074/2002, respeitando a quantidade recomendada e os períodos de carência. Para a comprovação desta obrigação, o(s) compromissário(s) deverá(ão) guardar em seu poder as notas fiscais dos agrotóxicos adquiridos e uma via do receituário agrônomo;

b) a registrar toda a aplicação dos diferentes agrotóxicos em livro próprio para cada cultura, de forma que cada área possua um histórico de aplicações, visando o controle do número de aplicações e do período de carência para cada produto produzido, mantendo-o no mínimo por dois anos para eventual consulta pelos agentes de fiscalização e demais autoridades competentes;

c) a empregar somente trabalhadores adultos e capazes para o manuseio e a aplicação de agrotóxicos, disponibilizar e obrigar esses trabalhadores o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e demais requisitos de proteção, conforme manual de Prevenção de Acidentes no Trabalho com Agrotóxico e possuir treinamento para o exercício da atividade;

d) a preparar e aplicar agrotóxicos de forma cautelosa, longe de cursos de água, de forma que não contamine os mananciais e solos adjacentes à área de produção;

e) a manter suas embalagens originais, rotuladas e com instruções de aplicação, em local adequado, arejado, identificado, longe do alcance de animais domésticos e crianças, tampadas e o estoque próximo a um mínimo aceitável;

f) a submeter as embalagens vazias a enxágue triplice, procedimento a ser realizado longe dos cursos de água, e a armazená-las em local próprio para posterior encaminhamento do estoque às unidades de recebimento de embalagens, conforme preconiza a legislação;

2.2. RASTREABILIDADE: o **COMPROMISSÁRIO** garantirá que os seus produtos tenham identificação da origem nos pontos de venda, garantindo a rastreabilidade. Quando embalados, os produtos devem ser identificados por meio de etiqueta, onde deverão constar: nome do produtor; inscrição do produtor; endereço, cidade e estado; identificação do produto; peso e data da embalagem;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MEDIDA COMPENSATÓRIA INDENIZATÓRIA

3.1. Como medida compensatória pelos prejuízos e pelo risco à saúde dos consumidores e ao meio ambiente, o **COMPROMISSÁRIO** efetuará o depósito da quantia de **R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)**, em cinco parcelas mensais, iguais e sucessivas, cada uma no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), com vencimento em 3.11.2016, 3.12.2016, 3.1.2017, 3.2.2017 e 3.3.2017, em favor do Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, criado pelo Decreto n. 1.047, de 10 de dezembro de 1987, mediante pagamento de boleto bancário a ser expedido por esta Promotoria de Justiça e entregue ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro da Imperatriz

COMPROMISSÁRIO no ato de assinatura do ajuste.

3.2. A medida compensatória definida nesta cláusula representa um mínimo de indenização e não afasta o direito de terceiros pleitearem, individual ou coletivamente, o ressarcimento pelos danos que comprovadamente tenham sofrido em razão da conduta do **COMPROMISSÁRIO**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS

4.1. O inadimplemento da obrigação ora ajustada sujeitará o **COMPROMISSÁRIO** ao pagamento dos seguintes encargos, sem prejuízo do protesto do presente título e da sua execução judicial:

- a) multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- b) juros de mora de 1% ao mês, contados a partir do vencimento da obrigação;
- c) atualização monetária pelo IPCA-e ou outro índice oficial que o substitua.

4.2. Os encargos serão destinados ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, criado pelo decreto n. 1.047, de 10.12.87 (conta corrente: 63.000-4, agência 3582-3, Banco do Brasil).

4.3. Caso não seja possível cumprir a obrigação no prazo fixado neste ajuste, em razão de caso fortuito ou força maior, o **COMPROMISSÁRIO** deverá encaminhar comunicado ao **COMPROMITENTE** no prazo de 10 (dez) dias da ocorrência do fato, instruído com documentos que comprovem a alegação.

4.3.1. Eventual prorrogação de qualquer prazo será feita por acordo entre as partes e mediante termo aditivo ao presente ajuste.

CLÁUSULA QUINTA- VIGÊNCIA

5.1. O presente TAC entrará em vigor na data de sua assinatura. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e art. 585, inciso VII do Código de Processo Civil, e a promoção de arquivamento do procedimento administrativo ao qual se vincula será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determina o § 3º do art. 9º da Lei n. 7.347/85, nos termos do art. 26, "caput", do Ato n. 335/2014/PGJ/MPSC.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O **COMPROMITENTE** se compromete a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de cunho civil, contra os compromissários com vistas ao cumprimento da obrigação enquanto não vencer o prazo estipulado no

André Luiz Fortes Neto

[Assinatura]



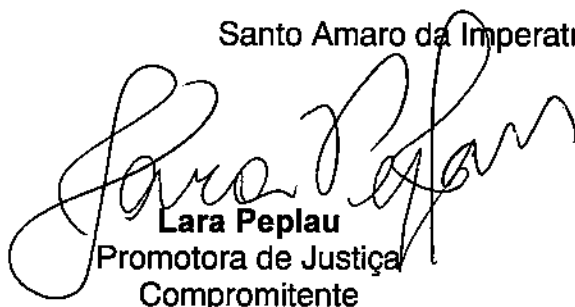
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro da Imperatriz

presente acordo.

6.2. Ainda, o COMPROMISSÁRIO fica ciente de que com a assinatura do presente termo proceder-se-á a Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2016.00002067-0 tocante aos fatos objeto deste ajuste, a qual será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação e posterior homologação.

E, por estarem assim compromissados, firmam este **TERMO** em 3 (três) vias de igual teor.

Santo Amaro da Imperatriz, 3 de outubro de 2016.


Lara Peplau
Promotora de Justiça
Compromitente


Andriel Fortunato
Compromissário